

## HISTÓRIA, CIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ENTREVISTA ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

Entrevistadores: Ângelo Emílio da Silva Pessoa<sup>1</sup> e Regina Célia Gonçalves<sup>2</sup>.

Paulista de Jundiá, Rosa Maria Godoy Silveira realizou boa parte de sua formação como historiadora na Universidade de São Paulo, onde ingressou na segunda metade dos anos 1960 e realizou Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em anos posteriores. Na metade da década de 70 passou um ano na França, realizando curso de Relações Internacionais. Após o retorno, radicou-se na Paraíba, tendo se vinculado à UFPB ao longo de mais de trinta anos, período no qual se envolveu ativamente em atividades de ensino, pesquisa e extensão, exerceu cargos administrativos, atuando como Pró-Reitora de Pós Graduação e Pesquisa, integrou ativamente a ANPUH-PB, participou de diversas atividades acadêmicas relevantes, entre as quais se destacam a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em 1976, e do Programa de Pós-Graduação em História, em 2004, e fez parte da formação de diversas gerações de historiadores, com inúmeros orientandos desde a Graduação até o Doutorado. Integrou ou integra os corpos docentes dos Programas de Pós-Graduação em História e em Direitos Humanos da UFPB e de História da UFPE, além de ter participado de um grande número de bancas em Universidades de todo o Brasil. Sua extensa produção intelectual reúne as mais diversas áreas de interesse, entre as quais se ressaltam questões como federalismo, Brasil República, região e regionalismo nordestino, questão agrária, direitos humanos, ensino de História, Brasil Império, teoria da História. Tem volumosa produção publicada, da qual podemos destacar *Republicanism e Federalismo, O Regionalismo Nordestino, Estrutura de Poder na Paraíba* (com co-autores), a organização de obras coletivas sobre a vida de Elisabeth Teixeira (líder camponesa na Paraíba) e sobre Educação em Direitos Humanos e uma extensa produção de artigos científicos, além de ter participado da equipe do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” sobre a documentação colonial paraibana, na condição de Coordenadora Técnica do projeto na Paraíba. Entre suas diversas áreas de pesquisa, integrou uma linha sobre “questão agrária na Paraíba”, que deu origem a uma série de publicações e orientações. Tendo retornado a Jundiá, São Paulo, sua terra de nascimento, no início de 2012, Rosa Godoy concedeu essa interessante entrevista, na qual discute temas diversos, com ênfase na questão agrária, e faz balanço de suas mais de três décadas de atuação na Paraíba. Essa entrevista é, ao mesmo tempo, uma oportunidade de conhecer a obra e a trajetória de uma historiadora que consegue equilibrar uma alentada e qualificada produção científica e um incansável engajamento em inúmeras causas políticas e sociais ao longo dos anos. Engajamento esse sempre marcado por uma

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba.

postura solidária e absolutamente generosa; afinal Rosa é daquelas pessoas que nunca recusam apoio e ajuda àqueles que lhe solicitam. Essa entrevista, realizada em tom informal, como costumam ser os encontros com ela, é também uma singela homenagem de muitos de seus ex-alunos, reconhecedores de seu papel decisivo em sua formação como historiadores.

Os Entrevistadores.

**Saeculum:** Como ocorreu a sua opção pela História? Quais as suas motivações para escolha desse Curso? Como foi sua formação universitária e quais as principais influências intelectuais que teve no seu período de formação?

**Rosa Godoy:** Escolhi fazer História na, então denominada, 8ª série ginasial, graças a uma maravilhosa jovem professora de História do Instituto de Educação Experimental de Jundiaí, SP, onde eu estudava. Chamava-se Claudia de Lucca, acabara de se formar na USP, onde foi colega de duas pessoas que, posteriormente, teriam muita importância na minha vida: José Sebastião Witter, meu orientador de mestrado, e Suely Robles Reis de Queiroz, minha orientadora de doutorado. Claudia é minha amiga até hoje. A História que ela ensinava, rompia com aquela visão factualista e decorativa que havíamos tido até a 7ª série, foi um arraso. Decidida a fazer História, escolhi o Curso Clássico, para as Humanidades, e me preparei durante três anos para isso. Peguei o programa do Vestibular da USP e fui preparando tema a tema, lendo grandes historiadores, com orientação de Claudia (que não foi minha professora no Curso Clássico). O pai dela era um médico desses populares, nunca foi rico, era um eterno candidato a prefeito que jamais ganhou uma eleição. Mas era um homem muito culto, com uma biblioteca valiosíssima, um monte de livros em francês e inglês. Estudei Revolução Francesa lendo Albert Mathiez e Jaurès em francês, um luxo! No Curso Clássico, a professora de História, chamada Adelaide, era muito politizada e, em plena ditadura, em 1965, 1966, dava para lermos os *Cadernos de Civilização Brasileira*. Depois, transferiu-se para Santos e ficamos sabendo que havia sido presa. Nunca mais soube dela.

Entreí na USP sem fazer cursinho. Mas o Vestibular que fora, durante anos, dissertativo, mudou o formato, seis meses antes da data, para prova de alternativas. Tive que revirar tudo, mas deu certo.

Na USP, foi um mundo a abrir-se. Estávamos em 1968 e o Movimento Estudantil rolava firme. Fui morar na Residência Universitária, Bloco G, o único que era misto, um andar feminino e outro, masculino. Participei de muitas e muitas passeatas, corri algumas vezes da polícia e escapei de “ir em cana” por pura sorte: uma vez, a passeata foi na Avenida São João e Praça da República, daí o pessoal resolveu se dividir, um lado foi para Pinheiros e outro para Santo Amaro, bairros de São Paulo. Fui para Pinheiros porque a Cidade Universitária era perto. A polícia baixou em Santo Amaro e prenderam uma colega minha de apartamento na Residência. Fomos avisados e, nessa noite, eu e outra colega, “viajamos” para um bairro de periferia de São Paulo, para a casa de uma tia dela, com umas malas cheias de documentos comprometedores daquela que havia sido presa. Ela era de organização. Ficamos uns

três dias “viajando”. Há muitas histórias desse tipo, vi muita gente que frequentava o prédio da História-Geografia da USP desaparecer, outros foram para fora do Brasil. Eu também ia para as Assembléias estudantis, adivinhem quem era o presidente da UEE neste tempo? Zé Dirceu, o próprio... Aprendi muito com estas experiências. O DCE promovia muitos cursos em paralelo ao Curso de História. Minha formação teórica em marxismo começou aí e não no Curso regular.

Quanto a este, era muito estudo. Ler em língua estrangeira, ao menos francês, inglês e espanhol. Aprender a construir seus conhecimentos e expor diante de umas “feras” acadêmicas, um deles, o “terremoto” de História Medieval, Pedro Moacyr de Campos. Eram raros os que passavam direto com ele, sem exame final. Consegui a proeza. Um luxo foi ter tido três professores de Arqueologia: grega, romana e do Oriente Médio. Um grande nome da Antropologia de então: Egon Schaden.

Pura balela a afirmação de que a USP, na História, tinha muitos historiadores marxistas. Como eu disse, e repito, vi mais marxismo nos cursinhos paralelos do DCE do que no Curso regular. Os professores eram de diversas tendências: havia aqueles de linha tradicional e factualista, outros de linha culturalista influenciados por Sergio Buarque de Holanda, e outros influenciados pela Escola dos *Annales*. Alguns (poucos) tinham influências híbridas, sobretudo *Annales* e culturalismo, *Annales* e marxismo, sobretudo em História do Brasil e História Moderna e Contemporânea. Não tive nenhum professor marxista ortodoxo. Penso que isto me marcou muito: líamos autores de diversas tendências, líamos clássicos das respectivas disciplinas, e isso me permitiu uma formação abrangente, com vários pontos de vista sobre um determinado tema ou assunto. Não pude ser aluna de Emília Viotti da Costa, aposentada pela ditadura, e de Sérgio Buarque de Holanda, que se aposentou em protesto. Mas havia sua influência.

Além disso, eu ia para tudo quanto era debate das Ciências Sociais, Literatura, Filosofia, Geografia, e aí havia figuras como Florestan Fernandes, o próprio Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Azis Ab'Saber, entre muitos. Com certa frequência, eu assistia aulas de Antonio Cândido.

Então, tudo isso entrou na minha formação.

Por outro lado, dois meses depois de entrar na USP, arrumei aulas para dar na Mooca, um bairro da zona leste de São Paulo, em um Curso Supletivo, à noite. Meus alunos eram operários de fábricas, balconistas, mecânicos, etc. E isso me marcou também, eu me tornei amiga deles e eles costumavam vir a Jundiá nos meus aniversários. Pessoas simples, sofridas, dando duro para estudar...

Em 1968, a repressão já vinha crescendo. Não se podia conversar em grupos. Desconfiava-se de muitos e o tempo revelou que o pipoqueiro era informante da polícia, o dono da cantina da História idem e por aí ia a barra pesada. Teve o AI-5 e a Universidade foi invadida. Aí, o tempo fechou mesmo.

Outra influência muito forte sobre mim foram as Artes: música e teatro. Assisti peças incríveis, de clássicos a autores brasileiros como Vianinha, era uma época de furor criativo. Em relação aos festivais de músicas, eu gostava de MPB e samba. Mais uma vez, a minha sorte bateu na porta: fui assistir *Roda Viva* em um dia e, no dia seguinte, a polícia invadiu o teatro e prendeu todo mundo da peça e mais da plateia.

Havia também a sociabilidade dos bares e das rodas de samba. Acho que foram influências formativas. Não só o intelectualismo acadêmico restrito, mas perspectivas diversas, de olhar a História acontecendo, a História presente, o que cunhou muito o meu gosto pela História do Presente, “acontecendo”. É claro que não se falava disto teoricamente, naquela época.

Os anos de 1969 até 1971, quando me graduei, foram anos de repressão e aí “metemos a cara” nos estudos. Com o fechamento da Residência Universitária, fui morar com colegas em uma república perto da USP. Eu tinha um grupo de estudos no Curso, interessantemente formado pelo pessoal “pobre”, classe média, classe média-baixa, que morava em bairros afastados. Nessa época, boa parte do Curso era integrada por mulheres e de situação socioeconômica privilegiada: filhas de banqueiros e de lojas comerciais famosas de São Paulo, a bisneta de um ex-presidente da República, e coisas do gênero. Eu era da outra ala, mas não havia guetos, embora os semelhantes se atraíssem.

No Mestrado (1972-1974), consolidei meu outro gosto historiográfico: a História do Brasil pós-Independência. Aí, fui influenciada pelas leituras dos clássicos de História do Brasil e as obras de Sérgio Buarque de Holanda. A questão federalista me fascinava.

Por conta disto, concorri a uma bolsa de estudos para o Institut Européen de Hautes Études Internationales, da Universidade de Nice, França, uma instituição que tratava de assuntos federalistas. Fiz uma Especialização em Relações Internacionais entre 1974 e 1975. Aí foi a surpresa: o federalismo do Instituto era muito mais amplo do que um federalismo nacional, tratava-se de um grupo que propugnava a união europeia, sob os mais diversos prismas teóricos e práticos. O mais interessante era a visão do fundador do Instituto, Alexandre Marc (nome francês), um sujeito russo que havia fugido da União Soviética e era anarquista e defendia uma federação de regiões na Europa, contra os Estados Nacionais. Minha cabeça deu mil voltas. O Curso tinha trinta alunos, de vários países da Europa Ocidental, da antiga Iugoslávia, Turquia, Egito (era um diplomata e desistiu), Chipre, Estados Unidos, Canadá, e a única latino-americana era eu. Tivemos aulas que tratavam desde o Sistema Monetário Internacional a Arte Contemporânea Atual. Conhecemos o Mercado Comum Europeu, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu. Além disso, havia a convivência com muitos e muitos africanos e árabes. Então, esse meu outro gosto e sensibilidade para com as diversidades não é recente, vem daí. Dessa experiência fabulosa.

**Saeculum:** Considerando esse percurso formativo, ligado a São Paulo e depois à França, como ocorreu a sua vinda para a UFPB na segunda metade da década de 1970?

**Rosa Godoy:** Bem, voltei da França na metade de 1975. Entrei no Doutorado da USP e fiz os créditos, enquanto trabalhava em um programa de História para a Rádio Cultura de São Paulo.

No início de 1976, janeiro, o meu “destino paraibano” (risos) foi selado. Na mesma semana, por duas fontes diversas, fui convidada para vir à Paraíba: a primeira, para ministrar uma disciplina em Curso de Especialização promovido pela Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (era religiosa e depois se tornou o campus V da UFPB e, com o desmembramento desta, hoje é campus da UFCG). Foi um dos cursos de especialização pioneiros patrocinados pela CAPES. Fui a Cajazeiras, por onde comecei a conhecer o Nordeste. Fiquei o mês de fevereiro todo no sertão, ministrando a disciplina e andando por onde pude para conhecer a região. O segundo convite foi na mesma semana do primeiro, três dias depois: a UFPB, cuja Reitoria havia sido assumida, havia pouco, por Lynaldo Cavalcanti, procurava uma pessoa formada em História, com Mestrado, que pudesse vir à Paraíba para trabalhar na implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Acontece que os dois caminhos se cruzaram: as duas pessoas diferentes contactaram, na USP, a mesma pessoa, o saudoso Prof. Eurípedes Simões de Paula, que cruzou as duas histórias e indicou meu nome. Quando fui para Cajazeiras, o pessoal da UFPB já sabia que eu estava lá e fez contacto. Vim a João Pessoa para conversar com o Professor Lynaldo e a minha vinda engrenou. Cheguei em 8 de março de 1976. Bela data. Pesou a oportunidade de realizar um trabalho novo e criativo (o NDIHR). Vim para ficar dois anos. E fiquei 36!

**Saeculum:** Sua chegada à Paraíba se deu na segunda metade da década de 1970, época de profundas mudanças políticas, relacionados ao processo de lutas pela redemocratização. Como era a conjuntura da época, no Brasil e na Paraíba e como todos esses fatores relacionaram-se à sua trajetória profissional?

**Rosa Godoy:** Começávamos a viver alguns sinais de abertura política. O regime reprimira os últimos focos oposicionistas de luta armada. Era um momento de idas e vindas, certos pequenos avanços seguidos de retrocessos porque havia resistência de núcleos no interior do Estado contra a redemocratização do país. Era o controvertido contexto do Governo Geisel, que precisou alijar segmentos militares à direita para realizar o seu plano de distensão política.

Mas a conjuntura já vinha emitindo sinais de mudança: as greves de Osasco e Contagem (1968); a atuação da Igreja Católica em defesa das liberdades democráticas nos marcos de um Estado de Direito, dando apoio a grupos da sociedade civil; a expressiva vitória do MDB nas eleições legislativas de novembro de 1974, sinalizando o descontentamento com o regime militar vigente. As ações extremistas de segmentos contrários à abertura passavam a ser denunciadas como aconteceu com as torturas e mortes suspeitas de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, no DOI-CODI (1975 e 1976, respectivamente), que elevaram o tom e a amplitude das denúncias e manifestações, extrapolando internacionalmente, o que culminou com a demissão do Comandante do II Exército (São Paulo), Ednardo D'Ávila Melo, pelo presidente Geisel, e, depois, a demissão do Ministro do Exército, Sílvio Frota. As ações de grupos de direita ainda remanesceriam alguns anos: o atentado a bomba, em 1980, na sede da OAB, com a morte de Lyda Monteiro, por exemplo, e também o atentado no Riocentro, em 1981.

Nessa época, também, a sociedade civil começa a retomar suas ações com maior vigor, depois de anos de desestruturação provocada por perseguições, desaparecimentos, prisões, torturas e mortes “matadas” da ditadura, afetando sindicatos, organizações estudantis, partidárias, docentes, de profissionais liberais, movimentos sociais.



Na segunda metade dos anos de 1970, na Paraíba, vários eixos de lutas sociais se organizam:

1º.) o **das liberdades democráticas**, com a Campanha pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, precedida pela manifestação de cientistas e intelectuais pela Anistia na 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, em 1976, e pela “Carta aos Brasileiros”, lida por Goffredo da Silva Telles nas arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1977. Os Comitês de Anistia se disseminaram por todos os estados, Distrito Federal e no exterior, promovendo passeatas, atos públicos, Encontros Regionais e Nacionais, Congressos. Este movimento foi unificador de vários outros;

2º.) o **das reivindicações feministas**, no bojo de contestação ao regime militar, e em defesa de políticas públicas, tendo como marco a Declaração do Ano Internacional da Mulher (1975) pela ONU. Surgiu, em João Pessoa, o grupo feminista *Maria Mulher*, que provocou uma reação pesada dos machistas, a ponto da casa da sua líder, a atual Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, então docente da UFPB, ter sido incendiada.

3º.) o **das reivindicações docentes**, tanto abrangendo o Ensino Superior quanto a hoje denominada Educação Básica. O período foi de memoráveis mobilizações do atual SINTEP – PB, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba. E de fundação da ADUFPB-JP (Associação Docente da Universidade Federal da Paraíba, campus João Pessoa), em 1978, depois da ADUFPB-CG (Associação Docente da Universidade Federal da Paraíba, campus Campina Grande), em defesa das condições de trabalhos dos professores universitários e de melhoria do Ensino Superior;

4ª) o **das reivindicações estudantis**. Se bem que este eixo de lutas tenha se re-manifestado com maior vigor já na década de oitenta. No campo específico da História, por exemplo, o movimento do Jornal *Fazendo História*, do qual o senhor, Professor Ângelo Pessoa, foi uma das lideranças, desempenhou papel importante para a renovação do Curso de Graduação da área. Um momento culminante nesse sentido foi a realização do I Seminário Nacional de História do Movimento Estudantil, em 1988, resultante de articulação entre várias IES do país e que trouxe à Paraíba os principais ex-dirigentes da UNE;

5º) o **das lutas do campo**. Esta inserção aqui não é pela ordem de importância, evidentemente, porque cada um desses movimentos tem a sua relevância. Mas para introduzir a Questão Agrária, sobre a qual terei outras colocações a fazer. Então, naquela conjuntura, os movimentos do campo também estavam sendo retomados, ou melhor, revigorados, porque com a ditadura, eles haviam ficado assim como “fogo de monturo”, crepitando de mansinho debaixo de uma aparente calma. A desestruturação empreendida pela ditadura contra os movimentos do campo foi violenta: desaparecimentos, torturas, mortes de suas lideranças, como João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Nego Fuba<sup>3</sup>, para lembrar os casos paraibanos;

---

<sup>3</sup> João Pedro Teixeira, fundador, em 1958, da primeira Liga Camponesa do estado da Paraíba, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, que chegou a contar com mais de sete mil sócios. Foi assassinado, a mando de latifundiários locais, em 1962. Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), lideranças camponesas da região da Várzea

silenciamento dos sindicatos; desmantelamento das Ligas Camponesas; criação de mecanismos de cooptação das massas rurais, tais como o Estatuto da Terra, em 1964, como tentativa para deter o crescimento da mobilização popular pela Reforma Agrária e os efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado durante o governo de João Goulart, em 1963, bem como das Reformas de Base anunciadas pelo Estado populista.

O terror no campo, depois do golpe, foi enorme.

A ditadura empreendeu uma guinada no projeto desenvolvimentista da SUDENE e, à luz das premissas do regime militar, reforçou o poder dos grupos conservadores do Nordeste. Nos anos setenta, a industrialização regional foi secundarizada, incentivando-se a modernização conservadora do campo, o que agravou a situação dos trabalhadores rurais: expulsões de suas terras, quebra de contratos, venda de terras ignorando-se os direitos dos moradores, diminuição de tais direitos nos contratos etc.

Então, os conflitos agrários persistiam. E persistem. Lembrando a grande pesquisadora Emília Moreira<sup>4</sup>, intelectual séria e comprometida, e seus trabalhos sobre a Questão Agrária, eram cerca de 283 áreas de conflitos na Paraíba, entre 1970 e o início de 2008, localizadas, por ordem decrescente de incidências, no Agreste, na Mata, no Sertão e na Borborema, majoritariamente nas duas primeiras Mesorregiões.

Nos anos setenta, enquanto a UFPB vivenciava a sua expansão, eclodiam os conflitos agrários de Coqueirinho, Cachorrinho, Gurugi<sup>5</sup>, o que mexia muito com os professores universitários. Parte desses últimos achava legítimo fazer greve por melhores salários, mas não concordava que a Associação Docente manifestasse apoio àqueles movimentos rurais. Houve polêmica no âmbito do movimento docente, evidenciando a falta de coesão interna e, mais do que isso, os primeiros sinais das diferenças políticas entre os seus membros. Ainda assim, naquela segunda metade da década, as manifestações e ações de apoio aconteceram.

Nas décadas seguintes, contudo, enquanto os conflitos agrários recrudesciam no estado da Paraíba e em outras partes do Brasil, o movimento docente foi se encolhendo para dentro de suas próprias questões específicas, numa ótica imediatista e economicista, de certo modo abandonando perspectivas mais amplas de mudanças na sociedade brasileira.

---

e também fundadores da Liga de Sapé, foram assassinados, em 1964, pelas forças da repressão da ditadura militar instalada naquele ano.

<sup>4</sup> Docente da Universidade Federal da Paraíba. Geógrafa e importante intelectual paraibana, especialista na questão agrária. Autora, entre outras obras, dos imprescindíveis: *Atlas de Geografia Agrária da Paraíba* (João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997) e, em co-autoria com Ivan Targino Moreira, *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1997.

<sup>5</sup> Inúmeros conflitos agrários proliferaram na Paraíba ao longo dos anos 1970 e 1980, em função da expansão da agroindústria canavieira sobre as terras tradicionalmente ocupadas por roçados de moradores. Dentre esses conflitos, destacaram-se os de Alagamar, Coqueirinho e Cachorrinho na região do Baixo Curso do Rio Paraíba, e de Gurugi, no litoral sul, município do Conde. Sobre o assunto, consultar: MOREIRA, M. Emília; MOREIRA, Ivan T., *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1997.

**Saeculum:** Em meio a toda essa efervescência política e social, qual a relação entre a sua produção intelectual e a sua participação política? Quais as suas principais publicações, nestes termos?

**Rosa Godoy:** Primeiramente, queria colocar minha perspectiva de que toda produção intelectual está intimamente vinculada à participação política de seus autores. Não existe aquele discurso de neutralidade, completamente ultrapassado e próprio de uma historiografia tradicional.

Os *Annales*, já desde a primeira geração, deixaram isso explícito, embora, paradoxalmente, afirmassem um discurso de distanciamento do *político*, como forma, penso, de se distanciarem do jogo político da vida francesa da época e de seus rebatimentos nas suas universidades. Mas a História como “fruto do seu tempo e das circunstâncias dos historiadores” ganhou vigor com os debates dos *annalistes* da 3ª geração, com suas reflexões sobre o nosso próprio ofício. Certeau, em sua análise da operação historiográfica, do lugar social do historiador, sintetiza a perspectiva sobre a questão do engajamento, embora muitos historiadores da 3ª geração tenham se desengajado... ou se reengajado em posições mais conservadoras, como já apontaram Burke e Dosse, entre outros estudiosos.

Essa questão da neutralidade também não existe para os historiadores marxistas. Assim mesmo, o marxismo buscou métodos para conferir maior objetividade às análises da sociedade. Se isso levou certos historiadores marxistas – e não todos, pois, como dizia Nelson Rodrigues, toda unanimidade é burra – a uma história desossada, nos anos recentes se assistiu entre historiadores pós-modernos (do mesmo modo: não todos) a um pretensão subjetivismo, como se os indivíduos fossem, cada um, o mundo em si, desossado igualmente dos fluxos espaço-temporais que constituem o nosso ser humano. Mais recentemente também, intelectuais de vários naipes têm assinalado outra dimensão importante da relação entre produção intelectual e participação política: o fim dos intelectuais públicos, aqueles que debatem as questões dorsais da sociedade, suplantados pelo privatismo dos ainda (e equivocadamente) chamados intelectuais. Chamados, porque eu não considero essas pessoas que ignoram o mundo à sua volta e apenas pensam em carreirismo, como intelectuais propriamente ditos.

É claro que é preciso muita cautela diante dessa problemática porque o militantismo pode escorregar para os anacronismos histórico-historiográficos, nosso pecado mais mortal. Mas acho que as novas metodologias de pesquisa têm criado mecanismos de controle, antídotos, contra esse perigo.

De todo modo, não escapamos de circunstâncias e de nosso tempo, da nossa formação, da nossa trajetória de vida quando exercemos o ofício. Posso estar tratando de um tema de História Antiga ou Medieval e só posso vislumbrá-lo da janela do meu presente histórico.

No plano mais pessoal, acredito que minha produção guarde uma relação íntima com a minha participação política. Embora nem sempre possa parecer assim. Meus trabalhos de grau acadêmico (mestrado: *Federalismo e Republicanismo*; e doutorado: *O Regionalismo Nordeste*) tratam de periodizações mais recuadas no tempo, República e Império brasileiros, respectivamente. Mas o teor de ambas as obras é impregnado de participação política, na medida em que tratam da organização do



poder no Brasil, especialmente das relações entre as suas várias partes territoriais, uma questão essencial para a reflexão sobre a democracia no país.

Fiz textos panfletários, com menos intenção acadêmica e mais a paixão de envolver-me no embate que havia na UFPB, nos fins dos anos de 1970, entre três tendências político-acadêmicas que, então, pude identificar: a remanescente visão oligárquica, a emergente visão tecnocrática sistêmica e a resistente visão sociocrítica diante do que se passava na Universidade e na sociedade brasileira, naquele momento.

Meus trabalhos de orientação de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, respeitadas as respectivas autorias, no entanto, guardam minhas marcas de orientação crítica.

Tenho feito releituras do meu período favorito, o Império Brasileiro, e, mais uma vez, a minha visão crítica transparece, a exemplo de texto relativo às comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil, publicado pela UFPB<sup>6</sup>.

Um texto recente, relativo à atuação da ANPUH-PB e à historiografia paraibana<sup>7</sup>, também deixa transparecer a articulação entre produção acadêmica e participação política. Agrada-me esse texto porque acho que faço isso na maturidade; já havia feito essa ponte antes, no primeiro capítulo do meu mestrado e na introdução de meu doutorado, mas nesse texto de 2011, comemorativo dos 50 anos da ANPUH, incorporei a carga de leituras historiográficas sobre a problemática, trazidas à baila em anos recentes.

Nos últimos quinze anos, tenho me dedicado a dois campos de estudos e publicado trabalhos em que a correlação com a participação política é inequívoca: o Ensino de História, com particularidade para a Educação Básica, uma opção brigada contra uma Academia que insiste em ficar em torres de marfim e ignorar a História que corre fora de seus muros, com certeza mais vibrante e apaixonante; e a Educação em Direitos Humanos, da mesma maneira. Acho que textos como *O Papel do Historiador para o século XXI*<sup>8</sup> e o livro do qual sou uma das organizadoras, *Educação em Direitos Humanos: fundamentação teórico-metodológica*<sup>9</sup>, exemplificam essa última fase.

**Saeculum:** Considerando seu interesse recorrente pelo século XIX e, particularmente, sobre a Questão Agrária, como situa as suas pesquisas nesse sentido?

**Rosa Godoy:** Bem, como já disse, o século XIX é meu favorito em termos de História do Brasil. Na verdade, gosto de todos os séculos e séculos. Mas minha

---

<sup>6</sup> SILVEIRA, R. M. G. Cultura Histórica e construção do estado nacional: celebrações e memórias de um Brasil que (não) foi. In: CURY, Cláudia Engler e MARIANO, Serioja. *Múltiplas Visões: Cultura Histórica no Oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 193-225.

<sup>7</sup> SILVEIRA, R. M. G. A Historiografia Acadêmica Paraibana e a ANPUH-PB: Considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel (org.). *Do Passado para o futuro*: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 239-261.

<sup>8</sup> SILVEIRA, R. M. G. A formação do profissional de História para o século XXI. In: CITTADINO, Monique e GONÇALVES, Regina Célia (Org.). *Historiografia em Diversidade: ensaios de História e Ensino de História*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008, v. 1, p. 17-32.

<sup>9</sup> SILVEIRA, R. M. G. et alii (Orgs.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. 1a. ed. João Pessoa: Editora Universitária/MEC-SEDH, 2007, 513p.

razão de ser fissurada no XIX é porque aí se colocam questões estruturantes do Brasil como Nação, após a emancipação política. Questões essas que continuam em aberto na sociedade brasileira:

- Como o poder se organizou de modo não republicano e não democrático? Como a corrupção avassala o Estado e as relações na sociedade política e também na sociedade civil?

- Como as relações escravistas de trabalho tiveram sobrevida e, mesmo depois de formalmente abolidas, deixaram seu rastro de autoritarismo nas formas e relações de trabalho posteriores?

- Como se manteve uma sociedade segmentada, hierárquica e de privilégios, extremamente desigual e racista, cujos efeitos ainda persistem?

- Como o Brasil se constitui como incultura de suas próprias culturas, especialmente as de bases populares? E o nosso rombo educacional é tanto quanto ou pior do que o rombo da Previdência, que nunca fecha?

Tais questões, essas são apenas algumas, estão aí. Não é que hoje sejam do mesmo feitio nem poderiam sê-lo, atravessadas que foram por novos processos históricos. Mas, estruturalmente, tais questões estavam postas na encruzilhada da construção do Brasil como Nação e não foram resolvidas.

De modo que a Questão Agrária facilmente emergiu como preocupação historiográfica. Não apenas minha. Acho que o sinal de alerta foi dado quando minha colega de UFPB, a professora Joana Neves<sup>10</sup>, nos finais dos anos setenta, começou a desenvolver um trabalho de levantamento e análise historiográficos junto com seus alunos. Ficou muito evidente que havia dois temas lacunares na historiografia paraibana, temas-tabus do qual não se falava: a questão da terra e a questão da escravidão. Por outro lado, se não havia, no início das atividades do NDIHR, um grupo de estudos específico sobre tais temas, a todo momento os que estudavam outros, resvalavam neles. Por exemplo: *Relações Comerciais da Paraíba com Pernambuco*, *Industrialização no Nordeste*, *Movimentos Sociais Urbanos*, *Estrutura de Poder*. Impossível tratar desses temas sem entrar na discussão sobre terra e escravidão. Então, houve um primeiro momento em que o NDIHR organizou um *Caderno de Estudos Regionais Especial sobre Questão Agrária*, abordando as fontes, as Ligas Camponesas, os conflitos. Houve um seminário marcante, *Para Além do Rural e do Urbano*, com a participação de intelectuais relevantes no país, em que se buscava uma ótica superadora da dicotomia dualista entre campo e cidade, principalmente diante do intenso processo modernizador do campo no Nordeste e em outras regiões do país, “borrando” os limites entre cidades e zonas rurais. Daí, creio que, no início dos anos noventa, constituiu-se na UFPB um grupo de estudos agrários de uma perspectiva diacrônica. Nesse sentido, foi pioneira Irene Rodrigues Fernandes, acompanhada de Laura Helena Baracuhy e Gloriete Pimentel<sup>11</sup>, com

---

<sup>10</sup> Docente aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Especialista na temática do ensino de História e autora de livros didáticos na área.

<sup>11</sup> Irene Rodrigues Fernandes e Laura Helena Baracuhy, historiadoras, docentes aposentadas do Departamento de História da UFPB e pesquisadoras do NDIHR. Gloriete Pimentel, historiadora, pesquisadora aposentada do NDIHR. Autoras de importantes obras sobre a história da Paraíba, e especialmente sobre a questão agrária.

trabalhos sobre sesmarias e registros de terras. Havia, ainda, a presença da grande estudiosa da questão agrária na Paraíba que é a geógrafa Emília Moreira, realizando um mapeamento de fôlego sobre os conflitos agrários a partir dos anos setenta. Então, eu fui nessa esteira e, devido a minha paixão pelo Império, elaborei um projeto e comecei a trabalhar com bolsistas de Iniciação Científica sobre os registros de terras decorrentes da Lei de Terras de 1850.

Sobre o outro tema – Escravidão –, primeiramente, é preciso lembrar o trabalho de fontes sobre História Indígena, realizado por Maria do Céu Medeiros e o apoio de Neiliane Maia<sup>12</sup>. Era um projeto realizado no NDIHR que fazia parte de um projeto maior, nacional, coordenado pelo professor John Manuel Monteiro<sup>13</sup>. De minha parte, comecei a lidar com o tema na Paraíba pela sala de aula, quando assumi, por concurso, a disciplina História do Brasil III (Império). Revi os programas e cheguei mesmo a ministrar um semestre inteiro só sobre Escravidão, no ano de 1988, quando dos cem anos da Abolição. Foi muito interessante, pois, na medida em que o tema passava a ser estudado pelos alunos, as questões raciais emergiam muito fortes. Depois, trabalhei com o tema indiretamente, através de orientação de trabalhos acadêmicos, já nos anos noventa, dos quais cito, como referências, o doutorado de Solange Rocha e o mestrado e o doutorado de Maria da Vitória Barbosa Lima<sup>14</sup>.

**Saeculum:** Como analisa os desafios de que participou, para a consolidação da pesquisa em História na Paraíba? Há três tempos/espacos de que participou ativamente: o NDIHR, a ANPUH-PB e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Poderia analisar cada um, suas aproximações e diferenças?

**Rosa Godoy:** Bem, primeiramente, o **NDIHR** foi o batizado de fogo para muitos docentes que vieram à Paraíba na expansão do Reitorado Lynaldo Cavalcanti, e para os docentes locais que ingressaram na UFPB naquela época. Como busquei configurar no texto comemorativo dos 50 anos da ANPUH, até a metade dos anos setenta, a pesquisa histórica era muito incipiente na Universidade. Destacava-se mais, nesse aspecto, a organização de fontes, com o pioneirismo de Elza Régis de Oliveira<sup>15</sup>. Então, os desafios eram todos, a todo o tempo.

---

<sup>12</sup> Maria do Céu Medeiros, historiadora e Neiliane Maia, Bacharel em Direito, docentes aposentadas do Departamento de História da UFPB, pesquisadoras do NDIHR.

<sup>13</sup> MONTEIRO, J. M. *Guia de Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/ FAPESP, 1994. 496 p. O Guia também contou com a participação do pesquisador Ruston Lemos de Barros, Professor aposentado do Departamento de História da UFPB e pesquisador do NDIHR e a colaboração das pesquisadoras Ana Cristina Marinho Lúcio, Maria da Vitória Barbosa Lima e Solange Pereira da Rocha, à época pesquisadoras do NDIHR.

<sup>14</sup> ROCHA, Solange Pereira da. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. 1.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. 322p e LIMA, Maria da Vitória B. *Crime e Castigo. A criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, UFPE, 2002; *Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Recife, UFPE, 2010.

<sup>15</sup> Elza Régis de Oliveira, historiadora e docente aposentada do Departamento de História da UFPB. Pesquisadora do NDIHR.

Tratava-se de construir uma estrutura de pesquisa, começando pelas fontes, que se encontravam dispersas e desorganizadas. Tratava-se de construir referenciais teórico-metodológicos adequados. Tratava-se de sistematizar as análises e divulgá-las em diversos fóruns, locais, regionais, nacionais. É muito fácil hoje desqualificar a importância disso porque os pesquisadores recentes viveram/vivem outras conjunturas para a pesquisa, se não ideais (não serão nunca), mas muito diferentes daquela, e para melhor. Naquela época, não havia nada, ou muito pouco. Era preciso criar tudo. Mas esse desafio era o que movia as pessoas envolvidas, sem tempo para tédio.

Ao mesmo tempo em que os docentes/pesquisadores iam se formando, iam formando seus alunos. Esse trabalho foi muito produtivo, pois dezenas de bolsistas do NDIHR emergiram para a carreira acadêmica a partir dessa experiência e, dezenas e dezenas, se encontram hoje como docentes em muitas IES da região Nordeste e de todas as outras regiões do país.

Muitos docentes, especialmente os que vinham de fora, eram titulados e já haviam passado pela elaboração de suas dissertações e teses. Os docentes locais entraram em um amplo processo de capacitação formal, realizada, em muitos casos, concomitantemente ao trabalho, pois, então, os mecanismos para afastamento e as bolsas para capacitação não eram tão amplos como se tornaram depois.

Mas era mais do que isso. O NDIHR significava o trabalho em grupo, cooperativo, interativo, quebrava hierarquias acadêmicas. Era um espaço riquíssimo de debates de ideias, amizade, solidariedade, envolvimento com a sociedade abrangente. Essa aprendizagem era única, usualmente não acontecia nos cursos de graduação e nem nos cursos de pós-graduação, estes últimos, então em processo de implantação.

A pesquisa histórica se enraizou na UFPB. Todavia, a partir dos anos noventa, o NDIHR sofreu um enorme baque devido a uma série de fatores: o processo de aposentadorias desencadeado nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso; o deslocamento de foco dos novos docentes ingressantes na Universidade, voltados para as suas próprias titulações; outro deslocamento ou apartamento (equivocado), com a instalação do Programa de Pós-Graduação em História, já na primeira década deste século. A história desses desacertos não vou contá-la por duas razões: primeiramente, porque dobraria o número de páginas dessa entrevista; e, também, porque grande parte desse relato está contido em recente dissertação de mestrado defendida por Laudereida Marques no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da UFPB<sup>16</sup>.

A **ANPUH-PB** foi e continua sendo outro espaço importante para a consolidação da pesquisa em História na Paraíba. Do seu grupo fundador, faziam parte docentes vindos de fora e que já participavam da entidade nacional, e docentes que começaram a participar dos Simpósios Nacionais a partir dos estímulos do trabalho no NDIHR. Foi esse encontro de experiências distintas que possibilitou à ANPUH-PB se tornar o Núcleo Regional mais forte da entidade no Nordeste. Pois, se, de um lado, uns traziam uma formação teórico-metodológica mais atualizada com as tendências

---

<sup>16</sup>SANTOS, Laudereida E. M. *Memória Arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional -NDIHR- (1976 a 1999)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

historiográficas da época, outros dispunham de um capital cultural que os de fora não tinham, o conhecimento da realidade local e da situação dos demais níveis de ensino. Foi essa interação e intercâmbio que permitiram o crescimento da entidade no estado porque as diferenças entraram em diálogo e enriqueceram ambos os lados.

Desde a fundação, os objetivos eram claros: disseminar os resultados das pesquisas históricas e fazer interagirem os colegas historiadores dos vários níveis de ensino. Esses foram desafios enormes.

Avalio que conseguimos enfrentá-los. Temos muitos marcos de realizações: uma agenda periódica de Encontros Estaduais com muitas edições, de encontros temáticos mais específicos, cursos, conferências, debates, publicações. Temos um acervo respeitável, que serviu de referência para a organização da memória da ANPUH nos seus 50 anos, em 2011, no que se refere aos Núcleos Regionais. E dois grandes marcos nacionais: o Simpósio Nacional de 1981, que instaurou uma verdadeira agitação na Universidade, trazendo gente do Brasil inteiro e dando visibilidade a uma Paraíba que era “muito pequenina” historiograficamente, até então; e o Simpósio Nacional de 2003, já com dimensões internacionais, e com 4.600 participantes, coroando todos os anos de luta na nossa entidade local, que adquiriu respeitabilidade nacionalmente.

No entanto, queria registrar mudanças nos tempos recentes, com uma certa desqualificação da entidade por alguns colegas, considerando-a, e a suas atividades, como “menores” em relação a seus vãos acadêmicos. Esta postura, registro-a como mais um equívoco: uma coisa não elimina a outra, ou seja, a internacionalização da pesquisa, nos marcos do processo de globalização, não elimina os enraizamentos locais/regionais das investigações históricas. Grandes historiadores, brasileiros e estrangeiros, deram provas de sua visão ampla sobre essa questão, contra a tacanhez da “sedução alienígena”. Ao presenciar tais atitudes, vem-me à lembrança o comportamento das nossas elites coloniais, de olhos mais fitos para além do Mar Oceano, ignorando as coisas da Colônia. Essa é uma questão incultural de nossa chamada intelectualidade.

Como disse, certa vez, em uma poesia, “indiferente ao ritual das mesas [acadêmicas, esse acréscimo é meu agora], a História acontece, escorrente, viva, como um fluxo não retido pelo ritual das mesas”. E a cada encontro e atividade da ANPUH-PB, é possível perceber a demanda e a vontade de conhecimento de dezenas de colegas historiadores, especialmente aqueles denodados responsáveis pela formação básica dos cidadãos brasileiros. Mas, talvez, eu fale em vão porque essa não é uma questão que preocupa certos acadêmicos que se dizem intelectuais...

O grande desafio da ANPUH-PB hoje é continuar em seus objetivos fundadores, mas de forma atualizada com os novos tempos. Ou seja, disseminar os conhecimentos históricos em seus vários patamares (locais, regionais, nacional e internacional), intensificar o preparo teórico-metodológico dos profissionais de História, especialmente, junto à Educação Básica; descentralizar essa disseminação, conferindo um papel ativo aos delegados nas várias cidades do estado; construir uma espécie de plano de regionalização interna ao estado, de promoção de atividades, etc.



Quanto a minha atuação à frente da **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa**, entre 1992 e 1996, pode ser vista no duplo sentido da palavra História: o que foi feito em relação à área acadêmica específica da História; e o que fiz como historiadora na gestão da pós-graduação e pesquisa da UFPB.

Começarei pelo último aspecto, que é o mais abrangente, para depois abordar o mais específico da área de História.

Nunca percebi tanto a importância de ser historiadora como no exercício da Pró-Reitoria. Ser historiadora me permitiu ter uma leitura abrangente da Universidade como um todo e de sua inserção na sociedade. Entrei com um desafio imediato: mostrar como alguém das Ciências Humanas poderia levar a cabo a gestão, pois havia certa desconfiança em relação a isso, já que parte da comunidade acadêmica considerava que pesquisa e pós-graduação era “coisa” das Ciências Exatas. Outro desafio imediato foi criar um clima de coesão para o trabalho, pois a UFPB, então, não tinha diálogo entre gestores e pesquisadores/docentes. Então, começamos a retomar os canais de diálogo, a exemplo do Conselho Geral de Pós-Graduação, do Conselho Geral de Pesquisa e do Conselho Geral de Capacitação Docente, que existiam no papel, mas estavam completamente esvaziados. Abrimos diálogo com os estudantes de Pós-Graduação, apoiando o fortalecimento de sua Associação; e com os estudantes de Iniciação Científica.

No plano externo, o desafio foi recuperar a credibilidade da UFPB junto aos órgãos de fomento (CAPES, CNPq), que estava em baixa devido a inúmeros fatores: atraso em prestações de contas, perda de prazos para trâmites de processos, entre outros, fazendo a Universidade perder recursos. Ser historiadora foi crucial nesse processo: peguei fama, na CAPES e no Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, com minhas análises de conjuntura. Nessa época, participamos da elaboração do IV Plano Nacional de Pós-Graduação. Lembro-me de um texto que repercutiu, feito por mim e por Walter Casseti, geógrafo, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sobre a questão da concentração/desconcentração da Pós-Graduação no país.

Do ponto de vista mais específico da área de História, a dimensão mais importante acontecida durante minha gestão foi a alavancagem da capacitação docente do Departamento de História e da Universidade como um todo. A UFPB passou a ter o maior programa de capacitação docente da região Nordeste junto à CAPES. Naquele momento, a problemática do Departamento era a titulação dos seus quadros: a perda de docentes com as aposentadorias, em 1991 e 1994-95, colocava esta questão como a mais premente. O sonho de ter um Curso de Pós-Graduação não podia concretizar-se porque não havia número suficiente de doutores. Então, o Departamento de História iniciou um processo vigoroso de capacitação, que amadureceu por volta de 1998-99 (eu já não estava na Pró-Reitoria). Outras ações da Pró-Reitoria em direção à área de História aconteceram mediante suporte institucional e financeiro aos Encontros Estaduais e a outros eventos da área. Nesse sentido, a participação da presidente da ANPUH Nacional, Prof<sup>a</sup> Ismênia Martins, no Encontro Estadual de Cajazeiras, em 1996, foi um marco. Não era uma simples vinda à Paraíba, era uma vinda *ao sertão* da Paraíba, que calou fundo junto aos professores da região. Também houve apoio da PRPG para a participação de docentes em eventos nacionais mediante apresentação de trabalhos: a Pró-Reitoria construiu um conjunto

de critérios para a concessão de auxílios financeiros de várias modalidades, a fim de equacionar melhor e mais equitativamente a distribuição de recursos. Acho que isso foi um avanço (não havia isso antes) e dava transparência à gestão.

É claro que havia descontentamentos. De docentes que costumavam obter passagens gratuitamente para irem a congressos e eventos sem apresentarem trabalho algum. Isso foi cortado. De alguns Diretores de Centro que costumavam obstruir as informações da Pró-Reitoria para as demais instâncias dos seus Centros; quebramos isso mediante o diálogo direto com os Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação, as Chefias Departamentais, os alunos de pós-graduação e os bolsistas de Iniciação Científica.

Houve um saldo positivo: a recuperação da credibilidade junto aos órgãos de fomento, a credibilidade interna junto aos vários segmentos de pós-graduação e pesquisa, a expansão do PIBIC de 77 bolsas (1992) para 600 bolsas (1996), o aumento do número de bolsas de capacitação docente. Não houve, então, uma expansão numérica no número de cursos de pós-graduação, pois a urgência, naquele momento, era reorganizar os cursos que estavam com problemas, melhorar os seus conceitos e, para isso, a PRPG criou um sistema de Avaliação Interna. Esses mecanismos foram importantes para o futuro da Instituição. A avaliação quantitativa e qualitativa repercutiria nas gestões seguintes da Reitoria e vem acontecendo desde então, é preciso reconhecer.

**Saeculum:** Uma experiência inédita e criativa no âmbito da História, na UFPB, foi a criação de um Curso de Graduação em História para os Movimentos Sociais no Campo (PEC-MSC), o único desse tipo no país, a partir do ano de 2004. Duas turmas de historiadores oriundos dos movimentos sociais do campo já foram formadas e outra turma está em processo de ingresso. Qual a sua participação na iniciativa? Como a analisa e a seus impactos sobre o ofício do historiador?

**Rosa Godoy:** Bem, esse acontecimento foi o melhor dos últimos anos na área de História da UFPB. Foi o *novo*, o que houve de novo, até mais do que a implantação do Curso de Pós-Graduação. Porque trouxe o *diferente* para dentro da Universidade. Os camponeses. É claro que tive, como outros colegas, alunos e alunas camponeses ou de origem rural no Curso de História, durante a minha carreira acadêmica. Mas não se tratava disso. Era, então, a entrada de um sujeito coletivo diferenciado, envolvido em movimentos sociais e trazendo para a academia uma questão que esta vinha esquecendo nos últimos anos – a Reforma Agrária –, considerada uma questão menor academicamente por muitos docentes/pesquisadores embevecidos com certas tendências pós-modernas da historiografia que focam seus objetos em uma sociedade globalizada extremamente urbana, secundarizando problemas cruciais como a Questão Agrária, como se esta não repercutisse na globalização e vice-versa, com seríssimos desdobramentos.

A história começou assim: eu já estava aposentada da UFPB (me aposentei em 2003) e fui procurada por Dilei, Coordenadora do MST na Paraíba, para falar da proposta de um Curso de Graduação em História para os assentados rurais, apresentada ao Departamento de História. A proposta já havia sido apresentada à UFOP e à UnB, mas encontrara resistência. Ao mesmo tempo, fui procurada (em

minha casa, diga-se) por uma comissão do Departamento de História que estava tratando do assunto. O prazo para tramitação era exíguo. Também havia resistências na UFPB, inclusive no âmbito do Departamento de História, no qual alguns colegas assumiram uma postura frontalmente contrária a essa iniciativa.

Dilei me convidou para representar o lado dos movimentos agrários na negociação. Creio que isso se deveu ao meu envolvimento com certas lideranças camponesas, no passado, a exemplo de Penha Nascimento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e sucessora de Margarida Alves. E a outras formas de envolvimento, escrevendo textos, participando de debates e eventos vinculados a assuntos agrários. Aceitei.

Trabalhamos – a comissão departamental, Dilei, eu – em quinze dias e montamos a proposta, que foi a trâmite no Departamento. Interessante registrar que foi aprovada por unanimidade, apesar da campanha contrária. O que explica isso?

Houve muitas dificuldades durante a vigência da primeira turma do Curso devido à burocracia do INCRA e ao fato de se estar construindo um relacionamento inédito entre dois segmentos sociais que pouco dialogavam, os acadêmicos e os camponeses e suas lideranças. Não era um movimento social qualquer, próprio de classe média. Era de um segmento social mais distanciado da Universidade (isso, nessa época mais recente, porque não nos esqueçamos da aliança entre estudantes, intelectuais e camponeses no tempo das Ligas). Os mecanismos da Universidade eram distintos da dinâmica do movimento, que demandava formatos novos para atender às especificidades dos alunos assentados. Por outro lado, havia também incompreensões por parte desses últimos quanto à dinâmica acadêmica e houve inúmeros estranhamentos mútuos. A começar pelas “místicas” encenadas pelos alunos do novo Curso, a cada dia, em frente à Reitoria e na Praça da Alegria do CCHLA da UFPB. Tais “místicas” colocavam, de forma bastante enfática, a questão da luta pela terra e deixavam as pessoas “desconfortáveis”, pois estas consideravam que não era “de bom tom” para um ambiente universitário ou para a “etiqueta acadêmica”. Mas isso não seria uma espécie de intrusão da História na História?

**Saeculum:** No meio de tantas frentes de trabalho, quais os seus planos para os próximos tempos, considerando o seu retorno para Jundiá após mais de três décadas?

**Rosa Godoy:** Mudei-me para São Paulo por razões familiares imperiosas. Mas, enquanto a vida me permitir, não pretendo desvincular-me da Paraíba e do Nordeste.

Na Paraíba, mantenho conexões com o Núcleo Regional da ANPUH e com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Posso perfeitamente colaborar à distância, porque hoje em dia a Internet facilita. Estou elaborando uma coleção de Educação em Direitos Humanos para a Educação Básica, juntamente com as Professoras Nazaré Zenaide (UFPB) e Luciana Calissi (UEPB), porque é nisso que acredito, a necessidade de fortalecer os movimentos sociais, a sociedade civil, como forma de pressionar uma sociedade política ainda plena de mazelas e de falta de ética...

Também continuo meu trabalho de orientação de Dissertações e Teses junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

Começo, depois de seis meses em São Paulo, a aventar um projeto de História Local para Jundiá, minha cidade natal, sob inspiração do projeto pioneiro da UFPB/NDIHR, coordenado pelas Professoras Vilma de Lurdes Barbosa e Regina Célia Gonçalves.

E tenho textos na gaveta, que pretendo revisar para publicação. Afora escrever outros.

Trabalho é que não falta!

**Saeculum:** Agradecemos à Prof<sup>a</sup> Rosa, não apenas pelo brilhantismo da entrevista e pela amplitude das questões tratadas, mas também porque permitiu trazer elementos importantes para entender a própria trajetória do Departamento de História nas últimas décadas, o que acaba sendo algo bastante singular e demonstra um problema a ser melhor dimensionado pelos historiadores, que diz respeito à quase completa ausência de memória em uma profissão que tem nela a sua matéria prima. Obrigado.